A geografia social urbana na licenciatura em educação social

Manuel Alberto Rodrigues
E-mail: malbe.rodrigues@netcabo.pt

Palavras Chave

Geografia social, geografia urbana, cidades, educação, educação social, ecologia social, segregação, exclusão.

Resumo

Pretende-se fundamentar a importância da geografia social urbana na composição curricular das licenciaturas em educação social, ao mesmo tempo que se sugerem temas passíveis de serem estudados. As cidades são os espaços geográficos onde vive a maior parte da população e onde o fenómeno da ecologia urbana se faz sentir com mais incidência. Os educadores sociais intervêm sobretudo nas grandes cidades, lugares onde se manifestam os maiores e mais graves problemas consequentes de desajustamentos e de exclusão. A estrutura habitacional das cidades, a propriedade do solo urbano, as exclusões e a imigração, conduzem, necessariamente, a segregações e a agregações, em função do status sociais, refletindo-se em qualidades de vida diferenciadas. O conhecimento dos fenómenos estudados na geografia social urbana pelo educador social, contribui para a concretização de projetos de intervenção social mais adequados e ajustados às diferentes realidades e fenómenos urbanos sintetizados através de blocos temáticos.

Title

The urban social geography in the graduation and degree in social education.

Keywords

Social geography, urban geography, cities, education, social education, social ecology, segregation, exclusion.

Abstract

It is intended to support the importance of urban social geography in the composition of the undergraduate curriculum in social education, while topics are suggested that can be studied. Cities are the geographic areas where they live most of the population and where the phenomenon of urban ecology is felt with more incidence. The social educators involved especially in big cities, places where they manifest the greatest and most serious problems resulting from mismatches and exclusion. The housing structure of cities, urban land ownership, exclusion and immigration, lead, necessarily, the segregations and aggregations, depending on social status, reflecting in different qualities of life. The knowledge of the phenomena studied in the social geography of urban social educator, contributes to the realization of projects of social intervention more appropriate and tailored to different situations and urban phenomena synthesized by thematic blocks.

1 Introdução

A educação social tem dado um contributo indispensável à formação de cidadãos a qual, a maior parte das vezes, transcende a educação formal prestada nas escolas. O poder político tende a lançar para dentro das escolas todos os problemas que não sabe ou não consegue resolver fora das estruturas que gerem a área da educação. Como a tendência tem sido o agravamento da crise das instituições sociais é à escola que se pede que substitua a família - até na educação religiosa que devia pertencer às igrejas. Se a sociedade não educa então a escola que o faça. Os sucessivos governos vêm pedindo às escolas tudo, acabando por ser uma instituição que acaba por não dar quase nada.

Temos que distinguir a educação e o conhecimento científico e tecnológico da educação social. Cada uma necessita, por si só, de educadores e estruturas apropriadas sem prejuízo da perda do diálogo entre elas. Num sistema educativo devem coexistir dois subsistemas: a educação escolar e a educação social. O sistema escolar deve abandonar as incumbências que não fazem parte da sua função centrando-se no ensino das ciências em geral e da tecnologia, deixando para a educação social o reforço da socialização e da formação da cidadania. Neste sentido, temos que encarar a formação dos educadores sociais também em áreas científicas a que, por regra, não se presta muita atenção nas respetivas licenciaturas.

Ao escolhermos a temática da geografia social urbana como unidade curricular numa licenciatura em educação social quisemos, sobretudo, assinalar o interesse que as questões sociais em contexto urbano têm do ponto de vista geográfico.

A educação social é uma atividade que se inscreve no quadro de uma relação educativa, pelo que se tende a questionar o papel que desempenha a formação académica nos processos de profissionali-

zação. Esta atividade não se restringe ao espaço escolar, exerce-se em todos os contextos e espaços geográficos nos quais se desenvolve a vida do ser humano com maior incidência nas cidades. Está assim ligada às circunstâncias sociais, políticas e culturais dominantes, ao modelo económico e de sociedade instalados, situados num espaço e num tempo precisos. Sendo dominante o espaço geográfico onde se circunscrevem as ações e intervenções educativas torna-se relevante dar a conhecer o contributo que a geografia social urbana pode dar na licenciatura em educação social e, ao mesmo tempo, propor uma reflexão que tem como pano de fundo o contexto social local dos bairros e subúrbios desfavorecidos das grandes cidades.

É nas grandes cidades que se encontram, pelos mais diversos fatores, os problemas sociais que necessitam de intervenção, pelo que a geografia social urbana tende a ocupar-se também com a variação e a distribuição no espaço urbano dos grupos sociais, isto é, das formas como se criam e estabelecem e distribuem no espaço as relações, identidades e desigualdades, o que a distingue da sociologia. A cidade é um objeto de estudo multi e interdisciplinar, como tal, a pesquisa em estudos urbanos inclui a segregação, o comportamento demográfico no tempo e no espaço, a história, as culturas, a etnicidade, a economia urbana, as instituições e as redes sociais entre outros, sempre numa perspetiva de localização espacial. No seu domínio incluem-se ainda as relações entre ecologia e a economias globais e locais, guetos urbanos e suburbanos, áreas empobrecidas ligadas à desigualdade, segregação e exclusão social, contrastando com outras áreas urbanas. Estes ecossistemas urbanos a que nos iremos referir mais adiante são frequentemente confrontados com diversas questões decorrentes das suas características sociais, ambientais e económicas específicas.

Riqueza e pobreza coexistem dentro das cidades em estreita proximidade. Bairros ricos e bem localizados, com fácil acessibilidade,

contrastam com espaços periurbanos e cidades dormitórios densamente povoados. Numa perspetiva de pedagogia social torna-se essencial prestar atenção às cidades, enquanto espaços geográficos habitado para se aprender a viver em comunidade, pois é nelas que se encontram os grandes problemas sociais que devem ser objeto de intervenção da pedagogia social.

Investigações sobre as formas e as dinâmicas da exclusão social e da violência centram-se nas desigualdades dentro das comunidades e no papel dos bairros urbanos levantando questões importantes relacionadas com a diferença de oportunidades, normalmente associadas aos bairros e aos efeitos de vizinhança. Deste modo, os quadros de referência que pretendemos esboçar numa primeira parte do artigo orientam-se no sentido de mostrar a relevância que a geografia social urbana pode ter na formação do educador social assim como o seu contributo como disciplina auxiliar.

Não foi nossa pretensão enveredar por considerações e explicações muito desenvolvidas dos modelos teóricos socio-espaciais que apoiam os estudos em geografia social urbana. Optámos por abordar as problemáticas por ela levantadas através da proposta em blocos temáticos cujos conteúdos se adequam a uma eventual unidade curricular de geografia social urbana numa licenciatura em educação social.

Assim, na primeira parte, apresenta-se a natureza das problemáticas da educação social e a pertinência e a relevância do estudo da geografia social urbana nesta área de estudos.

Na segunda parte sugerem-se temas da geografia social urbana onde se apresentam tópicos e algumas sínteses nos casos em que poderia ser relevante para a compreensão desses mesmos tópicos. Neste contexto, sublinhe-se que podem ser um esboço para um eventual programa de uma unidade curricular que contribua para o enriquecimento sociogeográfico do educador social.

2 Relevância da geografia social urbana na especificidade multifacetada da educação social. Conceitos, marcos teóricos e paradigmas

A educação social tem uma incidência claramente sociológica e pedagógica na sua intervenção, inscrevendo-se em ações de ajuda e orientação pedagógico-social junto de crianças, jovens ou adultos com fragilidades pessoais na sua relação com o mundo envolvente. Um educador social através do seu saber pedagógico, técnico e humano terá de ser, sempre, um mediador entre o indivíduo, a família, as instituições e a sociedade em geral na orientação e na “resolução” de muitos problemas sociais da sociedade contemporânea e cujos objetivos fundamentais serão o de desenvolver a maturidade social; promover as relações humanas e preparar o indivíduo para a convivência na comunidade (Perez Serrano, 2004:129). A geografia social urbana, por sua vez, dedica-se ao estudo das dimensões socio-espaciais da vida da cidade, da sua dinâmica e da forma como a sociedade se organiza e distribui geograficamente nas cidades. Responde ainda a questões de significado contemporâneo como a segregação residencial, a expansão e desenvolvimento urbano, o bem-estar social, a construção urbana, o ambiente, as relações de classe e etnias, que afetam e são afetadas pela paisagem urbana.

Na formação superior em educação social há orientações e objetivos que vão no sentido da intervenção em “espaços” onde as comunidades se inserem e transversais a todos os domínios sociais. É, sobretudo, nos espaços urbanos, confluência de diversas culturas, que se promove o exercício dos direitos de cidadania, acompanhamento socioeducativo (no âmbito de situações de vulnerabilidade e/ou exclusão social), a mediação cultural, social e educativa (no âmbito da relação, escola, família e comunidade local) e a intervenção nos domínios psicossociológicos.

A intervenção naqueles espaços efetua-se através de ações de prevenção e de (re)inserção social e pessoal junto de populações em risco, desenvolvimento de atividades em grupos que carecem de atenção especial, designadamente minorias étnicas, emigrantes e núcleos populacionais socialmente desfavorecidos, prestação de apoio individualizado ou coletivo de natureza técnica relativamente a problemas específicos e acompanhamento socioeducativo em situações de vulnerabilidade e/ou exclusão social.

Se refletirmos sobre o ponto onde se exerce este tipo de intervenções, facilmente verificamos que elas são, na sua maior parte, realizadas nos grandes centros urbanos, em locais bem definidos, onde se dispersam populações em risco de exclusão social. Este conceito é polissémico porque, abarcando vários fenómenos de carência social, nem sempre se sabe ao certo a qual deles nos referimos quando o utilizamos, estando, portanto, sujeito a várias interpretações. Ao mesmo tempo é multidimensional porque, podendo ter origem em vários fatores e apresentar-se de diversos tipos abrange uma diversidade de fenómenos e de situações, tais como pobreza, desemprego, idosos, sem-abrigo, entre outros, desempenham um papel importante como um dos objetos de estudo na educação social¹. O tipo de exclusão identificado como *exclusão tolerada*, que se estuda na geografia social urbana, tem características específicas que decorrem das “marginalizações por rejeição mais ou menos subtil e que nos levam a identificar, por exemplo, zonas e bairros das cidades com determinados grupos étnicos, com certos estratos sociais, mais ou menos favorecidos, tidos como mais ou menos perigosos. É a chamada *exclusão geográfica* (Carvalho, 2004:27).

Relativamente ao espaço sociogeográfico urbano, Bourdieu (2007:167) mostrou que existe uma homologia entre os espaços so-

¹ Por sair fora do âmbito deste artigo não se desenvolve este tema sobre ao qual existe vária literatura especializada de entre as quais se sugere para consulta: Ferreira de Almeida, João (1997). *Exclusão Social - Fatores e tipos de Pobreza em Portugal*, Lisboa: Celta Editora e Bruto da Costa; Alfredo (s/d), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva.

ciais e os espaços urbanos que se organizam em função da condição de classe e de condicionamentos de ordem social de acordo com a estrutura do estilo de vida característico de uma classe ou conjunto de classes, que possuem diversas e múltiplas práticas realizadas em campos de lógicas diferentes. O espaço social é assim organizado por princípios de diferenciação económica e cultural que geram clivagens entre as classes sociais dominantes e dominadas. Do ponto de vista geográfico vão gerar diferenciações na ocupação do espaço urbano dado que, cada sujeito organiza o espaço social urbano como se fosse um mapa mental que apresentasse uma panorâmica geral a partir de um conjunto de pontos ou referências, sobre os quais lança o seu olhar, percecionados em função de estilos de vida diferentes ou “*habitus*”². Os diferentes estilos de vida, característica das diferentes classes sociais, revelam-se através dos gostos, do consumo cultural e alimentar entre outros, determinados pelas condições económicas e sociais, contrapondo assim agregação a segregação.

Esta perspetiva já tinha sido desenvolvida por modelos teóricos em geografia social urbana, nomeadamente os modelos da ecologia humana e do uso do solo urbano, desenvolvidos por Burgess, Hoyt, Harris e Ulman³ que, por aproximação, vieram a ser recuperado para as teses sobre a homologia entre espaços sociais urbanos. Estes modelos descrevem a estrutura residencial de uma cidade num dado tempo e verificam como processos ecológicos de características sociopolíticas determinaram aquela estrutura conduzindo à exclusão em algumas áreas residenciais, reduzindo-as a comunidades geograficamente restritivas e segregadas. Algumas áreas urbanas foram, ao longo do tempo, sujeitas a um processo de segregação, de competição, de invasão e de sucessão considerado do ponto de vista das categorias sociais e étnicas. Nas grandes cidades há mecanismos

² Conceito largamente utilizado por Bourdieu para distinguir estilos de vida urbana entre as diferentes classes sociais.

³ Modelo de zonas concêntricas de Burgess, modelo setorial de Hoyt, modelo multinuclear de Harris e Ulman. Estes autores têm sido referidos nas obras de Castells nomeadamente Castells (1987:150).

sociopolíticos que selecionam os indivíduos que irão viver numa determinada região ou meio através dos preços de usos do solo urbano e das rendas (Giddens, 2009:573).

É frequente zonas habitacionais degradadas serem substituídas por condomínios fechados destinados a grupos sociais de avultados rendimentos. Poderíamos representar uma cidade através de um mapa de áreas com características sociais distintas e contratantes entre si. Uma forma de afastar ou mesmo excluir determinados grupos sociais, por vezes indesejáveis, de determinados espaços dos centros urbanos, é colocá-los nesses espaços através de processos de gentrificação, isto é, a renovação de edifícios em bairros degradados para serem ocupados por grupos de rendimentos mais elevados e para equipamentos de comércio e de apoio diversos destinando-se a tornar habitáveis e menos perigosas estas áreas⁴.

Outro aspeto a ter em conta na formação dos educadores sociais em geografia social urbana é a causa e a localização espacial dos conflitos urbanos que, no caso português, ocorrem ainda pontualmente nas principais capitais. Em situações de rápidas e grandes mudanças socioeconómicas as grandes cidades tornam-se expressões concentradas e intensificadas dos problemas sociais que afligem a sociedade no seu todo. Os conflitos urbanos podem surgir nos mais diversos pontos, embora ainda se encontrem localizados nas áreas de populações mais desfavorecidas. De entre os fatores que motivam estas tensões sociais e perda de coesão social podem ser a pobreza, a divisão e o antagonismo social e étnico, o crime e a insegurança que emergem destes fatores, sejam ou não os indivíduos afetados diretamente por eles. Estes conflitos para os quais estão vocacionados os educadores sociais, embora sejam motivados por problemas sociais não resolvidos, muitas vezes surgem por desconhecimento de outras formas de resolução dos problemas e à falta de

⁴ Exemplo recente foi a implosão no dia 16 de dezembro de 2011 da Torre 5 do Bairro do Aleixo no Porto com vista privilegiada, onde se prevê nascerem novas habitações para um bairro de luxo que permitirá lucros avultados.

formação cívica e de cidadania.

Temos vindo a reforçar a importância dos conceitos sociogeográficos que vão confluir no terreno da educação social e das suas dinâmicas socioculturais que não se devem limitar ao senso comum, salvo risco de se poderem desencadear efeitos incompatíveis com a realidade aquando da planificação de intervenções de âmbito social e da sua posterior operacionalização que, para além da reflexividade, criatividade, imaginação, adaptabilidade e dinamismo, apelam à competência e polivalência técnicas.

3 O papel da geografia social urbana num curso de educação social

3.1 Pontos de partida

Os planos de estudos das licenciaturas em educação social nas instituições de ensino superior que analisámos, para além das unidades curriculares consideradas específicas, apresentam as que poderemos considerar de tronco comum. Outras ocorrem com designações iguais ou idênticas em várias instituições sendo dominantes áreas científicas como a sociologia, a psicologia, a psicossociologia, a animação sociocultural. Quanto à área científica de geografia apenas a ESE Almeida Garrett a inclui explicitamente no seu plano de estudos do curso. Porém, constatámos que a maior parte das instituições inclui a geografia como uma das possíveis disciplinas obrigatórias para o ingresso no curso.

Quando da criação de um curso, as opções tomadas e os critérios de seleção e fundamentação que presidem às opções para a inclusão de unidades curriculares nos planos de estudos têm em conta, para além dos critérios científicos e pedagógicos, outros que se ligam a fatores científico-administrativos. No entanto, pensamos que devem prevalecer, para além destes critérios os que, do ponto de vista científico, sejam adequados para a aquisição de competências pelos

estudantes.

3.2 Um olhar sobre a base curricular

O entendimento meramente administrativo apresentado no Art.º 3º do Decreto-lei nº 42/2005 de 22 de Fevereiro, posteriormente operacionalizado pelo Despacho nº. 287-C/2006 (2ª. série), define plano de estudos como “um conjunto organizado de unidades curriculares de ensino em que os estudantes devem obter aprovação”. A este entendimento administrativo acrescentamos que, do ponto de vista pedagógico e formativo, os programas das unidades curriculares devem incluir para além dos objetivos, conteúdos e metodologias, deve potenciar, aprendizagens de planificação, capacitação, intervenção de acordo com a área de formação a que se destina incluindo, de forma integral, o desenvolvimento humano e social dos estudantes. Um plano de estudos deverá então constituir um meio que possibilite o conhecimento orientado para a construção de saberes e competências, isto é, a “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um determinado tipo de situações” (Perrenoud, 2000:15). Competências não são propriamente e apenas saberes, *saber-fazer* ou atitudes. As competências mobilizam conhecimentos teóricos, práticos, metodológicos e perceções, permitindo rápida, consciente e eficazmente uma ação adaptada a uma determinada situação, num determinado lugar. Em síntese, poderemos dizer que as competências são a mobilização criteriosa de recursos para a tomada de decisões corretas, face a uma tarefa específica em tempo real, a partir de uma determinada formação.

Nesta linha de pensamento a base curricular da formação em educação social não se pode limitar apenas a uma perspetiva formalista e académica. Ela deve ser multidimensional e, como tal, para além da obrigatoriedade da formação e aquisição de competências específicas da área devem criar-se condições para o desenvolvimento de

competências em áreas do domínio geográfico urbano para que, no final da sua formação, os estudantes possam, enquanto técnicos em educação social, intervir em realidades sociais objetivas, que se desenrolam com frequência em espaços sociogeográficos com características muito específicas.

3.3 As cidades onde vivemos: intervenção pedagógica nas cidades

A cidade é um objeto de estudo interdisciplinar. Normalmente a pesquisa em temas sobre estudos urbanos incluem a segregação, os comportamentos demográficos através do espaço e do tempo, história e culturas, planeamento urbano, economia no espaço urbano, instituições e redes onde podemos ainda incluir relações entre ecologia e economia, o global e o local, o público e privado, pessoas e lugares.

O educador social deve ter obrigatoriamente uma dimensão pedagógica e, como tal, poder ser um interventor da mediação pedagógica visando manter uma interação entre o indivíduo e a sociedade que se situa em “espaços” onde sobressaem os problemas que devem ser superados. Para Carvalho (2004:72), no contexto de pedagogia social, “as estratégias de intervenção deverão favorecer a emergência dos lugares antropológicos” e, referindo Trilla (1999), sublinha ainda “o papel das cidades enquanto agentes educativos” e que “de forma implícita, todas as cidades têm o seu plano de estudos”, cujo currículo oculto é composto por “elementos de cultura, formas de vida, normas e atitudes sociais, valores, tradições, expectativas e desejos.” Nesta perspetiva, não nos podemos acomodar com o desconhecimento pelos educadores sociais, no que reporta às realidades socio-espaciais onde se irão mover e intervir se pensarmos que o Homem e a sociedade condicionam e são condicionados pelos espaços onde se movimentam, que também adaptam e transformam.

Apenas como exemplo de uma destas realidades sociogeográficas, salientamos o caso dos jovens em risco que, atualmente, não são um fenómeno circunscrito a um determinado espaço ou lugar que, a par de outros problemas, “avança dos perímetros mais degradados para áreas socialmente favorecidas, antes consideradas imunes à marginalização designadamente por delinquência, pela toxicod dependência, pela desagregação dos laços familiares e por conflitos com a escola.” (Carvalho 2004:89).

4 Pressupostos teóricos e aprendizagem em geografia social urbana em educação social

Para entendimento da importância da inclusão da geografia social nas aprendizagens do educador social, é importante considerar os aspetos idiossincráticos da visão do mundo de cada indivíduo que se encontra presente na complexidade do seu histórico de vida e do seu espaço. É, por isso, importante refletir sobre a forma como os componentes espaciais físicos e humanos integram e interagem, interferindo na vida dos indivíduos.

No processo educativo, para transformar os educandos em cidadãos conscientes e agentes da construção/modificação dos espaços habitados, o caminho é o esforço para a apreensão do conhecimento dos espaços habitados e habitáveis. Piaget já se tinha referido, em sentido preciso, à aprendizagem como a aquisição, pelo sujeito, de um novo conhecimento decorrente do contato com o meio físico e social (Piaget, 1975:131). Neste sentido a geografia social urbana, enquanto ramo da ciência do espaço, deve ser encarada como parte do conhecimento científico a ser adquirido através de operações que impliquem o desenvolvimento de estruturas espaciais do pensamento,

Mais do que conhecimentos teóricos, conceitos, métodos e técni-

cas sobre os quais assenta a ciência geográfica a aplicação prática é essencial para as aprendizagens, justificada pela teoria da aprendizagem construtivista que considera essencial a atividade direta sobre o objeto de estudo através da indução e de estratégias heurísticas. A investigação, a descoberta dos fatos, a solução dos problemas pela observação, pesquisa de fontes e documentos são a base para as aprendizagens pela construção do conhecimento. Neste tipo de aprendizagem o docente deve ser vivo e flexível e terá que dominar os conteúdos da unidade curricular para os poder comunicar. Complementarmente é essencial a aprendizagem significativa que não é sinónimo de aprendizagem de matéria significativa mas sim a incorporação de conceitos por parte do aluno de forma a possibilitar a sua utilização em diferentes situações.

Há, assim, a necessidade de serem valorizados os conhecimentos prévios dos estudantes para que possam construir estruturas mentais utilizando como meios mapas conceptuais que permitam descobrir outros conhecimentos, o que só pode ser conseguido através do esforço deliberado do estudante. A aprendizagem significativa tem de ser lógica e psicologicamente significativa. O significado lógico depende apenas da natureza do conteúdo. O significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo já possui, conduzindo a uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio.

Assim, na aprendizagem da geografia social urbana deve partir-se do que o aluno já conhece e aprendeu anteriormente sobre o espaço no qual se circunscreve e, a partir dele, compreender a sua totalidade. Nesta perspetiva, tendo como base teorias da aprendizagem significativa, conceitos anteriores e identificação das componentes do estrato sociogeográfico no qual se insere são ligados à nova informação, aprendendo novos conceitos (Ausubel e Novak, 1978).

Na geografia social, a aprendizagem significativa acontece quan-

do aspetos relevantes do contexto sociogeográfico do sujeito são relacionados com novas informações que se apoiam em conceitos e proposições relevantes e pré-existentes na sua estrutura cognitiva pelo que a informação é integrada naquela estrutura construindo significados mais complexos.

4.1 Geografia social urbana e as questões operacionais e campos de aplicação à educação social

Para o ensino de uma unidade curricular como a geografia social urbana aplicada à educação social não é suficiente estruturar um texto e segui-lo na aula de forma mais ou menos inteligível como se de um sumário se tratasse. É necessário encontrar o essencial dos conteúdos mais relevantes sob os múltiplos aspetos face a vários contextos. O domínio dos conteúdos, assim como a fluência e o distanciamento para os “reconstruir” numa situação de ensino-aprendizagem aberta é essencial. Podem, assim, aproveitar-se ocasiões, a partir dos interesses dos estudantes, para explorar acontecimentos de modo a favorecer a apropriação e a transferência dos saberes, sem necessidade de passar por uma exposição metódica e magistral, como se tratasse de uma prescrição ordenada de um sumário.

Numa situação de aprendizagem a transferência de um contexto a outro que compartilhe características similares é um dos fatores mais importantes, tão bem como a generalização a outros contextos é um dos principais objetivos, nomeadamente na vida profissional. Ao aprenderem a resolução de determinado tipo de problemas ou, ao exercitarem uma aprendizagem pretende-se que os estudantes, quando na vida ativa, sejam capazes de, face a situações concretas e problemáticas e, apoiados em conhecimentos anteriores, os possam analisar para propor soluções. Como o tempo de aprendizagem se encontra associado com a prática e com a transferência da aplicação de saberes e saberes-fazer, a aplicação prática daquele princípio

levanta-nos o problema de saber qual deve ser o tempo de aprendizagem dedicado à prática e qual o tempo ótimo entre duas sessões⁵.

Como salientámos em ponto anterior, a aprendizagem é mais significativa quando se é capaz de relacionar as experiências da vida quotidiana com os novos conteúdos informativos recebidos, mas não deixa de ter os perigos da espontaneidade de determinadas práticas docentes, especialmente aquelas que pretendem desenvolver a motivação do aluno a partir do trivial da vida quotidiana. Este procedimento esteve muito ligado aos estudos geográficos do meio local e eram centrados em abordagens psicológicas muito simples derivadas de uma leitura reducionista dos estudos de Piaget sobre a aprendizagem. Quando a escala geográfica se coloca ao nível da cidade ou das áreas suburbanas, para se efetuarem as aprendizagens a partir do quotidiano dos estudantes é estrategicamente conveniente estudar bairro a bairro, ou pela divisão setorial da cidade por exemplo, ao nível de freguesia.

A aquisição e a destreza de competências devem efetuar-se através das aulas práticas que mostram ao estudante como atuar através de uma modalidade de organização da aula em que se desenvolvam atividades de aplicação dos conhecimentos a situações concretas e de aquisição de aptidões básicas e de procedimento relacionados com a matéria. Claro que, no caso da geografia social urbana, não se podem efetuar experiências deslocando pessoas nem modificar o espaço físico-social para demonstrar determinadas hipóteses. É no entanto possível analisar e comparar os espaços em função do tema em estudo, questionando, problematizando e propondo alternativas, pelo que é essencial o trabalho de campo como aula prática.

Existem vários níveis de atividades práticas em função dos objetivos, métodos e procedimentos que forem definidos pelo docente de entre os quais destacamos e caracterizamos somente duas que se aplicam ao caso que estamos a tratar:

⁵ Sobre este assunto c. f. Arendes (1995) p.80 e seguintes.

- *Investigação aberta*: formulação com clareza de uma situação problemática identificada pelo estudante e o desenvolvimento dos procedimentos adequados para a sua resolução e interpretação dos resultados. Por exemplo, quais os grupos minoritários mais segregados em termos residenciais (caso dos bairros marginalizados e problemáticos) nas cidades e que processos são responsáveis por estes modelos? O aluno deve então operacionalizar o problema através da colocação de hipóteses e atividades a realizar como pesquisa de informação in loco, pesquisa bibliográfica, análise e interpretação de dados recolhidos e, por último, interpretação dos resultados e retirar de conclusões. Em síntese: identificar o problema, procurar soluções, analisar cada uma das suas consequências e decidir pela solução a adotar.
- *Projetos*: permitem o aprofundamento de um determinado tema em que os problemas são identificados pelo estudante partindo da observação, caracterização, diagnóstico e proposta de resolução.

Para que os estudantes possam estar conscientes do interesse que os temas trabalhados vão ter uma consequência prática na sua profissão enquanto educadores sociais, é de toda a conveniência que as aulas práticas tenham lugar em espaços exteriores à sala de aula, o que requer uma organização temporal especial compatível com a globalidade dos temas e das atividades a serem realizadas, e, se possível, com uma interdisciplinaridade com outras unidades curriculares. A planificação das aulas práticas no exterior é complexa. A necessidade de prever as deslocações aos lugares nos quais se vão realizar pressupõe uma organização que depende de outras unidades curriculares.

Com estes pressupostos não pretendemos defender que as au-

las teóricas deixem de fazer parte das estratégias metodológicas da unidade curricular mas que sejam uma modalidade organizativa do ensino, utilizando, como estratégia didática, o desenvolvimento pelo docente dos temas/matérias de estudo e dos conceitos fundamentais.

Cada docente tem um modo particular de gerir este tipo de aulas que são função das decisões que adota, da finalidade da sua atividade durante a aula e da metodologia e didática utilizadas. De entre os objetivos mais comuns indicam-se alguns que podem ser orientadores para uma aula teórica de geografia social urbana aplicada à educação social:

- Expor os conteúdos relacionados com o objeto de estudo baseado em narrativas, estudos de caso, sínteses de investigações, síntese de resultados.
- Relacionar fenómenos já estudados e empiricamente testados com as teorias subjacentes colocando hipóteses e novas soluções.
- Observar cartografia urbana comparando áreas e dados estatísticos com casos práticos evidenciados no terreno.
- Propor enunciados de problemas para resolução baseado em situações reais.

4.2 Enquadramento de temas e conteúdos

Um educador social, sendo um técnico da educação que, consequentemente, intervém em projetos pedagógicos, deve também ter capacidades para se integrar em equipas multidisciplinares e polivalentes a que se obriga, devido a algumas das funções derivadas da sua especialização que se correlacionam com profissionais de outras áreas do saber.

O domínio da geografia social urbana pode ser um veículo a partir do qual se pode abordar com atualidade temas relevantes que podem ser exemplificados da seguinte forma:

- Nem todos os seres humanos têm uma habitação para se resguardarem e desenvolver a sua atividade privada. Caso, por exemplo, da distribuição espacial dos sem-abrigo nas grandes cidades.
- Perceção e consciência sobre um território para a promoção de políticas locais e nacionais que sejam fonte de marginalidade e conflitos.
- Nem todas as pessoas possuem trabalho, através do qual podem desenvolver as suas capacidades físicas e intelectuais, há, portanto, necessidade de conhecer a distribuição geográfica do desemprego a nível nacional, regional ou urbano para se agir em conformidade.
- No crescente processo de urbanização coabitam pessoas que vivem em situação de marginalidade social com outras que dispõem de todos os meios económicos e materiais. Trata-se de saber onde se localizam e como interagem.
- O crescimento demográfico cria problemas de superpopulação em algumas zonas, enquanto noutras aumenta o processo de envelhecimento com a consequente necessidade de intervenção.
- O fraco respeito para com os componentes do ecossistema faz com que o ser humano coloque em perigo algumas áreas a nível regional, local e global pondo em risco a estabilidade do planeta. As regiões urbanas não ficam alheias a esta problemática.

Alguns destes temas enquadram-se no conceito de “cidades educadoras” criado e apresentado em 1990 no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras na cidade de Barcelona tendo como objetivo valorizar o papel das cidades na construção da identidade individual e comunitária dos cidadãos concorrendo para ações preventivas

no âmbito dos comportamentos de risco. É um novo paradigma em que percecionamos o meio como agente e conteúdo de educação de modo a que todas as dimensões do processo educativo funcionem de modo coordenado para uma educação integral.

Para a educador social é essencial conhecer as características das localidades que incluem o *status*⁶ socioeconómico, religião, nacionalidade dos seus habitantes, mas, também a sua geografia, demografia, distribuição espacial e disponibilidade de serviços sociais. É neste contexto sociogeográfico complexo e interativo que o educador social vai intervir, como agente de transformação de mentalidades, visando uma mudança significativa na comunidade. Mas, para isso, é necessário que, por um lado ele se distancie para poder avaliar a situação de forma crítica, e, por outro, que se insira no meio para apreender a sua realidade.

Subestimar a necessidade de reconhecer e perceber o espaço geográfico de entre as diferentes áreas e a caracterização social do espaço onde o educador social poderá intervir será o mesmo que um invisual querer arrumar uma casa que desconhece e cujas divisões não vê.

5 Metodologia seguida

Como aproximação à geografia social urbana aplicada à educação social as diferentes questões foram divididos em blocos temáticos, organização que considerámos mais adequada à educação social, que, sendo apenas sugestões podem ser substituídos por outros desde que o *corpus* científico da geografia social urbana não seja desvirtuado.

Os blocos são precedidos por questões essenciais que servem de pontos de partida para o seu desenvolvimento, alguns deles com

⁶Lugar ou posição que a pessoa ocupa na estrutura social.

sugestões de trabalhos de campo e aplicações práticas para acompanhamento do estudo teórico. Em cada bloco temático o título encontra-se evidenciado a negrito e o nome em itálico, seguido de questões essenciais a explorar. Cada um deles inclui apenas tópicos breves e sínteses dos conteúdos, cujo objetivo é servirem de guia durante as aulas ou apoios tutoriais devendo ser desenvolvidos pelo professor e no decorrer do trabalho autónomo do estudante com recurso à pesquisa documental. Algumas das sínteses foram pormenorizadas com a finalidade de se explicitarem temas e conceitos mais complexos.

Considerámos conveniente propor temas por excesso de modo a que o docente possa optar ao planificar a sua aula, tendo em conta o interesse dos estudantes e o plano curricular do curso. Porém, deve ter-se em conta as competências que os estudantes irão adquirir quando da seleção dos conteúdos.

No final dos blocos temáticos apresenta-se algumas referências bibliográficas aconselhadas⁷ que poderão servir para mais do que um tema, sem prejuízo de outras que possam ser indicadas pelo docente.

6 Blocos temáticos e síntese dos conteúdos

Bloco temático 1: *Geografia social urbana como ramo da geografia humana*

Questão essencial: Com que base podemos considerar a geografia social urbana como um ramo da geografia humana?

A tendência para os estudos quantitativos em geografia humana a partir de 1970. As aplicações práticas da geografia humana. A geografia social urbana no contexto das ciências geográficas e deli-

⁷Alguma da bibliografia apresentada será de origem anglo-saxónica visto que sobre alguns dos temas em questão não existem traduções em português.

mitação do seu objeto. Estudo das relações entre as sociedades e os espaços. A geografia social como estudo dialético entre os homens e o meio, considera o espaço onde vive como um produto da sociedade que constrói, organiza, nele vive e nele se representa. Centra-se na “espacialidade” do social recorrendo a conceitos provenientes de ciências como a sociologia como auxiliar mas tendo sempre presente os estudos espaciais.

Bloco temático 2: A cidade: objeto de estudo da geografia social urbana

Questão essencial: O que é a cidade e qual o seu objeto de estudo? Cidades definição e critérios de distinção. Onde acaba a urbanidade e começa a ruralidade. O estudo do processo de urbanização pode ajudar a uma definição.

A distinção entre o que é rural e urbano é fácil ao nível do senso comum mas torna-se mais difícil fazer a distinção em termos precisos e científicos. Morfologia e funções urbanas. As redes de cidades. A cidade é um objeto de estudo interdisciplinar. A pesquisa de temas em geografia social urbana inclui a segregação, o comportamento espacial ao longo do tempo, a demografia, a história, as culturas, as políticas de planeamento, economia e espaço, instituições, redes sociais e muitos outros. Elementos que contribuem para as definições de cidade: cidade como entidade física, área dedicada à urbanização e com a perceção mais conhecida, principalmente porque é relativamente fácil de visualizar; cidade de consumo na qual ocorre a maioria do consumo de bens e serviços; cidade do emprego, área em que está empregada a maior parte da força de trabalho; cidade força de trabalho, área atrativa para procura de emprego e de oportunidades para uma maioria de população (Parr, 2007:281).

Bloco temático 3: Métodos qualitativos e trabalho de campo de observação

Questão essencial: Quais os métodos de investigação em geografia social urbana?

O método quantitativo permite a descrição da estrutura geográfica da cidade através de dados estatísticos sob a forma de mapas, grafos, tabelas e equações matemáticas. Neste método os valores e atitudes do observador não influenciam a análise. Na falta de informação quantitativa o método qualitativo e a observação como trabalho de campo, podem ser utilizados em estudos na área da geografia social urbana. Quando corretamente utilizados, tornam possível um olhar fiável tendo em conta os pressupostos que sustentam o método. Algumas das questões que se podem colocar para a obtenção de informação qualitativa são:

- Na área dos lugares e pessoas: que tipos de pessoas ocupam um determinado espaço e em que se ocupam? Como se vestem essas pessoas? O que nos sugere a aparência e as práticas da vida social e cultural dessas pessoas?
- Na área da construção dos edifícios: que tipos de edifícios estão localizados numa determinada área e que tipos de valores culturais transmitem? Existem monumentos nesses espaços? Que espécies de valores culturais transmitem? Existem sinais de resistência a esses valores (por exemplo grafitis)?
- Na área das sensações transmitidas por um local: o que se sente quando se observa uma área e a sua vida cultural? Como se sentia se tivesse que participar na vida cultural desses locais? Acha que se poderá vir a propor alterar a área, à medida que a vai conhecendo e estudando?

Bloco temático 4: *Problemas de medidas e delimitação de cidade.****Dimensão e demografia***

Questão essencial: Que problemas se levantam para um consenso sobre a delimitação das cidades?

Os conceitos à volta da delimitação das cidades. A não existência de delimitação fixa entre zonas urbana e zonas rurais e de continuidade do espaço urbano, levanta a questão sobre onde acaba a cidade e começa o campo. A distinção oficial da dicotomia rural-urbano é pragmática e anacrónica não ajuda a uma definição satisfatória. O contributo do fator urbanização na expansão urbana pela construção tem levado ao recuo de espaços rurais. As zonas intermédias identificadas por designações como “subúrbios”, “dormitórios”, “zonas suburbanas” também levantam problemas de delimitação. O método mais comum para a definição de cidade: a fixação de um número mínimo de população ou a densidade populacional é pouco rigoroso porque levanta problemas de delimitação de “fronteiras” urbanas tornando-se arbitrário. A classificação das cidades através das funções centrais de acordo com a teoria dos lugares centrais. O tipo e o número mínimo de funções centrais e a definição do que está ou não no domínio do urbano. Função central: atividade realizada pelo indivíduo ou entidade empresarial que fornece bens centrais. Bem central: produto ou serviço obtido a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação à população (ou mercado) que serve. Lugar central: ponto o espaço geográfico onde se exercem funções centrais. A definição de cidade numa perspetiva sociocultural tem como base o conhecimento dos grupos sociais que nela vivem vendo-a como um “modo de vida”, rejeitando medidas de dimensão, densidade e estrutura de ocupação e de funções centrais. A importância da dimensão de um agregado populacional tende a afetar as relações entre os seus membros, aumentando o processo de

diferenciação que conduz à segregação.

Sugestão para aplicação prática

Com o apoio da cartografia do Anexo I verificar e as fronteiras da cidade de Lisboa e da região denominada Grande Lisboa. Comparar as características demográficas das freguesias pelo tipo de população e de habitação.

Bloco temático 5: *A dialética socio-espacial*

Questão essencial: como é que a estrutura da cidade pode refletir mudanças económicas, demográficas, culturais e políticas?

Mudanças económicas e reestruturação urbana. A tendência dominante tem sido a passagem da agricultura e da indústria para a atividade de serviços. Modificações que têm sido tomadas nas grandes cidades e que originam transformações económicas. Nas cidades, lado a lado com grandes empresas de serviços e de multinacionais, há trabalhos em que predomina mão-de-obra pouco qualificada, por vezes sem documentação (imigrantes clandestinos). Novas realidades sociais que coexistem na mesma unidade funcional tornam complexos os estudos geográficos das grandes cidades.

Alteração e composição demográfica. O crescimento demográfico nas décadas de 50 e 60 do século XX e a sua influência duradora nas sociedades veio a refletir-se nas áreas urbanas. Métodos de controlo e de planeamento familiar vieram, posteriormente, a reduzir a taxa de natalidade (número total de nascimentos num determinado período, normalmente um ano, pela população média nesse mesmo período). Os grandes centros urbanos têm sido, ao longo dos anos, locais de receção de populações de diferentes países devido à imigração. Consequência da imigração é o aumento da diversidade cul-

tural e étnica e de constituição de uma diversidade de bairros habitados por diversas etnias atraídas por oferta de melhores condições de vida. O acesso massivo das mulheres ao mercado de trabalho veio influenciar o modelo educacional e o rendimento familiar. A mudança de estilos de vida e o consumismo tiveram tendencialmente consequências na geografia social urbana.

Sugestão para aplicação prática

Com recurso a bases de dados estatísticos efetuar um estudo demográfico comparativo de freguesias de uma grande cidade. Por exemplo Lisboa. A distribuição étnica na região de Lisboa.

Bloco temático 6: A cidade e mudança cultural

Questão essencial: Que fatores têm contribuído para alterações culturais e de hábitos de vida nas cidades?

Valores materiais e de consumismo têm sido as tendências culturais dominantes. O materialismo como tendência e a procura do lucro. Tendência para aquisição de habitação própria. A ênfase na casa e no seu conteúdo como expressão de identidade e promoção social. As telecomunicações digitais e inovações eletrónicas como fatores de promoção e de homogeneização cultural.

Mudanças políticas e a dialética socio-espacial: Mudanças políticas podem provocar mudanças importantes no contexto social urbano como por exemplo na habitação e nos serviços públicos. Numa perspetiva mais ampla as mudanças podem ser efetuadas com a deslocação do consumo coletivo para a acumulação de capital. Desindustrialização e recessão económica podem agravar as disparidades socio-espaciais, com mudanças de política no interior das cidades.

Bloco temático 7: A construção social do espaço e identidade social

Questão essencial: Como está segmentado e diversificado o espaço social na vizinhança das grandes cidades e como se constrói a identidade social?

Os subúrbios tradicionais, onde se localizam as classes trabalhadoras e a sua organização e em conjuntos habitacionais de propriedade horizontal. Os “guetos” como conjuntos habitacionais periféricos, a população de novos imigrantes, as famílias trabalhadoras pobres e o sentimento de exclusão do “direito à cidade”. O desemprego, a flexibilização do mercado de trabalho, a crescente economia informal, a retração do estado-providência e o aprofundamento das desigualdades sociais, têm tido importantes consequências no agravamento das condições de vida em bairros marginalizados (nível estrutural) (Musterd et. al (2006).

A visão subjetiva do espaço relacionada com o processo conducente à formação de uma identidade social. As cidades e o seu contributo crucial para a formação da identidade social. A área de uma cidade pode servir como instalação social onde se expressam valores culturais específicos. Em contraste, os subúrbios e os bairros periféricos formam e moldam à sua maneira culturas e valores que se tornam modos de vida.

Sugestão para aplicação prática

Análise sociogeográfica para posterior discussão tendo em vista cultura e valores dos bairros de Cova da Moura, Vale da Amoreira ou Lagarteiro como exemplos possíveis.

Bloco temático 8: A teoria da ecologia urbana e a sua aplicação prática. Modelos espaciais

Questão essencial 1: Em que teorias se apoia a estruturação do espaço social e habitacional urbano?

Questão essencial 2: Quais as principais diferenças que têm influência na qualidade de vida nas cidades?

Uma região urbana (cidade) pode ser considerada como uma coletividade social multifuncional territorialmente delimitada, com formas históricas, geográficas, técnicas e sociais diferentes que cobre realidades socio-ecológicas distintas. Ecologia urbana é um conceito central baseado no pressuposto da existência de uma competição “impessoal” entre indivíduos pela sua localização em determinadas zonas das cidades (ecologia urbana). Relação com os mecanismos do mercado que resultam num modelo característico do valor do solo nas cidades que conduz, conseqüentemente, à segregação de diferentes tipos de pessoas cuja capacidade económica não lhes permite satisfazer rendas de habitação acima das suas possibilidades. A diferenciação económica pode ser um mecanismo de segregação residencial. Os conceitos de diferenciação residencial, de vizinhança, de invasão, de dominância e de sucessão em ecologia urbana. Explicação através dos modelos espaciais de utilização do uso do solo. O modelo das zonas concêntricas ou zonal, o modelo setorial e o modelo nuclear múltiplo explicativos da realidade (Anexo II). Qualquer dos modelos pode existir em heterogeneidade. O preço do uso do solo urbano condiciona as rendas da habitação “empurrando” as classes com poucos rendimentos a deslocarem-se para os subúrbios ou para zonas mais degradadas das cidades em busca de rendas mais acessíveis.

Modelos de diferenciação socio-espacial

A morfogénese urbana é o processo que cria e remodela a forma física das cidades e que vai mudando ao longo dos anos. A par de habitações luxuosas, observam-se habitações mais antigas e degradadas e bairros sociais com estéticas e arquitetura características. Subáreas urbanas são construídas com níveis diferentes de qualidade e com estéticas diferentes que se irão deteriorando, enquanto outras vão sendo renovadas e atualizadas. Estão intimamente ligadas a uma dialética socio-espacial através de modelos e processos de investimento e desinvestimento e de segregação social.

Sugestão para aplicação prática e trabalho de campo

Selecionar para observação local, áreas, bairros ou subúrbios da cidade onde habita ou estuda, por exemplo Lisboa. Estabelecer comparações entre eles no que reporta à construção, tipo de edifícios, oferta de bens e serviços, formas e características arquitetónicas, deterioração, áreas renovadas, modo de vida social e cultural dos seus habitantes. Como preparação prévia poderá recolher informação estatística demográfica sobre as áreas selecionadas. Produzir um relatório síntese sobre os espaços observados, onde se levantem problemas e se proponham soluções para posterior discussão.

Bloco temático 9: Qualidade ambiental

Questão essencial: Como se relaciona a qualidade ambiental nas cidades com a ocupação social do espaço?

A insuficiência de condições ambientais no espaço público é determinante para que se possam estabelecer relações sociais. A qualidade ambiental no contexto urbano é subjetivo. As classes desfavorecidas e menos abastadas, com necessidades básicas por satisfazer, podem ser relativamente indiferentes aos vários aspetos da qualida-

de ambiental. As classes mais abastadas, tendo satisfeitas as suas necessidades materiais, são mais sensíveis aos fatores ambientais tais como a aparência estética e arquitetónica das habitações, das ruas e dos espaços verdes.

A perceção da qualidade ambiental na cidade e nos subúrbios está relacionada com problemas de tráfego (da periferia para o centro da cidade), limpeza e manutenção das ruas, paisagística urbana, atividades antissociais como o vandalismo, entre outros. A satisfação com a qualidade ambiental do bairro está inversamente proporcional à centralidade e à dimensão da cidade. Os baixos níveis de satisfação são função da presença do parque habitacional degradado, edifícios abandonados, crime, poluição, ruído ambiental, etc.

Sugestão para aplicação prática

Observar alguns pontos de uma cidade sob o ponto de vista ambiental distinguindo e estabelecendo relações entre os diversos espaços habitacionais. Esta aplicação prática pode ser efetuada conjuntamente com a sugerida no Bloco temático 7.

Bloco temático 10: Distância física distância social e diferenças de “status” entre indivíduos e grupos

Questão essencial: Que relação pode existir entre distância física e distância social em ambiente urbano?

Em ambiente urbano existe pouca ou nenhuma distância social entre pessoas com posição social semelhante ou idêntica, inversamente, a distância social revela ser maior entre pessoas com estatutos sociais diferentes, tendendo a aumentar à medida que essas diferenças se acentuam. A distância física e a distância social estão estreitamente ligadas nas áreas urbanas. Pesquisas efetuadas sublinham que identidades pessoais são influenciadas por fatores tais

como classe comunidade, trabalho e família. A questão da proximidade fundamenta a forma como os padrões residenciais são definidos com forte tendência para a diferenciação espacial em termos de classe, raça, etnicidade, estilo de vida, parentesco, estatuto familiar ou idade. A segregação residencial de grupos por ocupação profissional e a distância social entre eles são paralelos às categorias sociais mais segregadas ou excluídas, sendo os grupos de topo da escala socioeconómica os mais “segregados”. Também existe segregação ao nível das classes socioeconómicas de topo que se autoexcluem em relação às classes mais baixas. Estudos de grupos socioeconómicos e étnicos em várias cidades referem um grau muito significativo de segregação residencial.

Sugestão para aplicação prática e para trabalho de campo

Com o apoio de uma carta geográfica de Lisboa e periferia e com dados estatísticos obtidos em instituições públicas locais, localizar a existência, ou não, de áreas de segregação residencial por exclusão socioeconómica ou étnica. O trabalho no exterior poderá ajudar a verificar “*in loco*” as hipóteses colocadas, assim como a estrutura do tipo de construção.

Verificar a existência da tendência das instituições municipais para investimentos em infraestruturas e outros equipamentos sociais em áreas mais favorecidas, em detrimento de outras áreas que são habitadas por populações com menos recursos.

Bloco temático 11: Serviços municipais e desigualdade socioespacial

Questão essencial: Que relação existe entre a existência de serviços de apoio social e os níveis de necessidade em cada área urbana?

A disparidade entre as relações de poder e de status (estatuto

social), numa cidade social e fisicamente fragmentada, pode ser ilustrada pelos serviços sociais de apoio aos idosos. A distribuição geográfica ideal de apoios sociais deveria ser diretamente proporcional aos níveis de necessidade de cada área urbana, princípio denominado justiça territorial. Uma análise ao fornecimento de apoio domiciliário, refeições domiciliárias, apoios de enfermagem, habitação para idosos confronta-se com uma variação considerável ao nível da extensão alcançável pela justiça territorial. Os níveis locais/espaciais de necessidade de serviços sociais de apoio aos idosos podem ser avaliados através de índices das condições sociais baseados em variáveis, como níveis de saúde, condições de habitabilidade, desemprego, estatuto socioeconómico, assim como a incidência de pensionistas a viver sozinhos. O fornecimento deste tipo de serviço social é função do esforço financeiro dos serviços de apoio locais, quer em extensão e proporção de pessoas apoiadas, (p.e. percentagem de idosos que recebem um serviço), quer em intensidade, avaliada em termos da quantidade média de recursos monetários ou materiais fornecidos ao beneficiário do serviço. A desigualdade é consequência da capacidade financeira dos serviços de apoio, do espaço gerido pelos serviços e da quantidade de beneficiários.

Sugestão para aplicação prática.

Efetuar um levantamento das instituições privadas ou públicas de apoio numa determinada área (freguesias de Lisboa por exemplo) e dos tipos de apoio e quantidade de beneficiários.

Bloco temático 12: Segregação e congregação

Questão essencial 1: Que grupos minoritários são residencialmente segregados nas cidades?

Questão essencial 2: Existem razões para a segregação numa sociedade?

A segregação espacial de diferentes comunidades ajuda a minimizar os conflitos entre grupos sociais, facilitando um maior grau de controlo social dotando grupos específicos de uma maior coesão. Os agrupamentos residenciais dos grupos sociais vão de encontro ao desejo de os seus membros preservarem a identidade e o estilo e vida do próprio grupo, conduzindo à clausura social. A clausura social refere-se ao resultado da disputa de culturas ligadas ao processo de diferenciação espacial em que os vencedores dessa disputa são caracterizados por pressão exercida no sentido descendente, excluindo grupos mais fracos do espaço e dos recursos mais desejáveis, também denominada clausura excludente.

Segregação de grupos minoritários

Segregação refere-se a situações em que elementos de um grupo minoritário não se encontram distribuídos uniformemente num espaço residencial em relação à restante população. Grupo minoritário é qualquer grupo definido ou caracterizado pela raça, religião, nacionalidade ou cultura. Podem interpretar-se as consequências espaciais da segregação e agregação nos espaços residenciais de grupos minoritários através do processo de assimilação na sociedade de acolhimento. A sociedade de acolhimento pode não ser homogénea, mas representa o grupo matriz da sociedade na qual os grupos minoritários estão inseridos. A aquisição pelos grupos minoritários de uma vida cultural comum ao grupo matriz traduz-se numa assimilação comportamental, em contraponto com a assimilação estrutural, baseada na difusão espacial dos elementos dos grupos minoritários, através dos estratos sociais e ocupacionais do grupo social matriz.

Discriminação e efeitos de estrutura

O isolamento espacial de grupos minoritários é também efetuado pela discriminação no mercado da habitação, limitando assim gru-

pos minoritários a pequenos nichos no tecido urbano. A natureza da localização dos alojamentos mais baratos, para venda ou aluguer, é um aspeto importante da estrutura urbana que tende a segregar grupos minoritários do resto da população canalizando-os para nichos de bairros sociais limitados. Devido à falta de competências e qualificações escolares, os elementos de grupos minoritários tendem a concentrar-se em ocupações consideradas, para os grupos privilegiados, como pouco atrativas e associadas a baixos salários. A discriminação para a localização de grupos minoritários em bolsas de habitação de baixo custo (camarárias p. e.) é a sua posição na estrutura social e económica da sociedade.

Sugestões para aplicação prática.

- a. No contexto deste ponto reflita sobre a problemática dos imigrantes conforme as suas origens no que respeita à habitação e modos de vida.
- b. Localizar, numa cidade como Lisboa, áreas habitacionais ocupadas por classes trabalhadoras com baixos rendimentos. Pesquisar se existem etnias dominantes. Caracterizar o espaço e o modo de vida das pessoas. Poderá ser construído um inquérito por questionário para posterior aplicação, onde constem itens que permitam avaliar a situação social e a forma de vida dos que habitam esses locais para uma posterior intervenção em educação social.

Bloco temático 13: A construção social dos lugares urbanos

Questão essencial: Como se efetua a materialização do espaço através do lugar?

Lugar é uma das palavras mais utilizadas nas mais diversas circunstâncias podendo ter significados diferentes conforme os agrupamentos sociais. O termo lugar tem significados diretamente pro-

porcionais ao grau com que, subjetivamente, as pessoas sentem esse lugar. Designações normalmente atribuídas ao lugar são, segundo os contextos, o meio, localidade, localização, subúrbio, região, território. Cidades, vilas, aldeia, megalópoles designam casos particulares de lugares. O lugar e a sua materialização no espaço efetua-se através de práticas que cruzam experiência, perceção e imaginação com acessibilidade e distanciamento, apropriação e uso do espaço, domínio, controle e produção. Uma matriz de cruzamento encontra-se desenvolvida no Anexo III, adaptada a partir de Harvey (1992:220), e pode auxiliar na interpretação das relações sociais de classe, género, comunidade, etnia e raça em função do espaço.

Bloco temático 14: Ambiente e comportamentos desviantes em meio urbano

Questão essencial: De que formas as cidades influenciam os comportamentos desviantes?

Estudo da relação entre alguns aspetos do comportamento das pessoas em função do espaço onde vivem. O carácter socio-ambiental dos estabelecimentos urbanos influencia o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Os comportamentos desviantes relacionam-se com a configuração urbana. Num quadro determinista o espaço é causa destes comportamentos que conduz a um condicionamento ambiental. Um exemplo: condicionamento ambiental experimentado por crianças que crescem em certos locais de uma cidade estão na origem de indivíduos com uma natureza que apenas interage com os grupos de proximidade, ficando mais preparados para interagir negativamente com outros ambientes circundantes diferentes, forçando o distanciamento social e a consequente delinquência.

Bloco temático 15: Cidades e prostituição

Questão essencial 1: De que formas as cidades são influenciadas e influenciam a sexualidade?

Questão essencial 2: Quais são as características da distribuição espacial da prostituição em contexto urbano?

As cidades proporcionam oportunidades de transgressão dos códigos morais vigentes. Uma importante manifestação disso é a prostituição se a considerarmos como uma concessão de favores sexuais em troca de uma recompensa monetária ou outras não monetárias. Ela reflete uma relação patriarcal de género, isto é, desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres. Era encontrada em ambientes degradados ou bairros antigos do centro das cidades, ocorrendo também a partir da segunda metade do século XX em outras zonas por vezes habitadas por classes sociais mais elevadas, por onde circulam automóveis e indivíduos que procuram serviços de prostituição. A prática da prostituição, ao longo dos anos deslocou-se do centro de Lisboa para as zonas periféricas (subúrbios) e, em particular, junto das vias rodoviárias. O alargamento do espaço e da área de influência da prostituição alterou-se devido à Internet assim como a uma nova distribuição espacial das casas de alterne. Alguns estudos justificam que a maior parte das mulheres são obrigadas a exercer a prostituição por coação económica e que na maior parte das mulheres é devida à “coerção”. A remuneração atrativa face a outro tipo de ocupações ou à sua falta, pode ser também um fator circunstancial. De salientar, como fonte de estudo, as instituições de intervenção, apoio e inserção das mulheres que se prostituem.

Sugestão para aplicação prática.

Pesquisa de instituições de apoio e inserção social. Localização e eficácia dessas instituições, áreas de influência, tipos de apoio ofere-

cidos e resultados obtidos.

7 Referências para apoio aos blocos temáticos.

- Ascher, François (1997). *Métapolis*. Oeiras: Celta Editora.
 Beaujeu-Garnier, J. (1980). *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
 Carter, Harold (1995). *The Study of Urban Geography*, 4ª ed..London: Arnold.
 Carvalho, C. Alberto (2004). A contribuição do Conceito de Território para uma Gestão Socialmente Justa da Cidade. *Boletim do Instituto de Saúde Qualidade de Vida*, nº 32, Abril 2004.
 Claval, Paul (1981). *La Logique des Villes*. Paris: Litec.
 Delfante, Charles (1997). *A Grande História da Cidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
 Hall, Tim (1998). *Urban Geography*. London: Routledge.
 Pereira de Oliveira (1973). *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.
 Salgueiro, Teresa Barata (1992). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Afrontamento.
 Souza, Marcelo Lopes de (2003). *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

8 Nota Final

Foi nosso objetivo fundamentar a necessidade de um olhar mais amplo no que respeita ao conhecimento do mundo e dos espaços urbanos, sobre os quais os educadores sociais devem refletir, tendo em conta que vão ser intérpretes de uma realidade socio-espacial problemática e multifacetada. Como síntese podemos dizer, apoiados em Dias de Carvalho quando discute a construção de uma identidade profissional dum educador social, que “face a outros saberes profissionais mais especializados, e eventualmente redutíveis a uma linguagem técnica, o saber pedagógico oferece instrumentos conceptuais de carácter abrangente, de acordo com as exigências da atividade educativa, valorizada simultaneamente como arte, como ciência, como técnica e como filosofia.”.

Anexo 2

Modelo de zonas concêntricas

- 1 CBD-Central Business District (Zona Central de Negócios e Comércio)
- 2 Zona de transição
- 3 Zona residencial de trabalhadores por conta própria
- 4 Zona de residências de rendas elevadas
- 5 Residências dormitório

Modelo setorial

- 1 Residências de aluguer de rendas elevadas
- 2 Residências de valor médio
- 3 Residência de rendas de baixo custo
- 4 Educação e lazer
- 5 Zonas de transportes
- 6 Zona industrial
- 7 Centro

Modelo nuclear múltiplo

- 1 CBD-Central Business District (Centro de negócios central)
- 2 Vendas por grosso e industria ligeira
- 3 Residência da classe baixa
- 4 Residência da classe média
- 5 Residência da classe alta
- 6 Indústria pesada
- 7 Centro de negócios da periferia
- 8 Subúrbios residenciais
- 9 Subúrbios industriais

Fonte: Center for Spatially Integrated Social Science. Esquema adaptado pelo autor

Anexo 3

Construção / representação do espaço através da matriz de interação dialéctica entre experiência, percepção e imaginação				
As dimensões do espaço	Relações			
	Acessibilidade e distância	Apropriação e utilização do espaço	Domínio e controlo do espaço	Produção do espaço
Práticas materiais (Experiência)	Fluxos de bens, dinheiro, pessoas, mão-de-obra, informação, transporte e sistemas de comunicação, etc..	Utilização do solo e construção de ambientes, espaços sociais e outros espaços verdes, redes sociais de comunicação e de ajuda mútua.	Propriedade privada do solo, divisões administrativas do espaço, comunidades e bairros, zonas exclusivas e outras formas de controlo social como polícias e vigilância.	Criação de infraestruturas (transportes e comunicações, construção, demolições, organização de infraestruturas sociais.
Representações do espaço (Percepção)	Medidas de distância social, psicológica e física, elaboração de mapas e plantas, teorias sobre a fricção/resistência à distância. Princípio do mínimo esforço social, áreas de influência e dos lugares centrais	Espaço pessoal, mapas mentais da ocupação do espaço, representações simbólicas do espaço.	Espaços restritos e proibidos, comunidades, culturas regionais	Novos sistemas de cartografia, representações visuais, novas arquiteturas.
Espaços de representação (Imaginação)	Atração/repulsão, distancia/inércia vontade, acesso/negação, mensagens transmitidas pelo espaço (meio).	Intimidade, espaços abertos, locais para entretenimento popular (avenidas, ruas, praças, mercados), anúncios, iconografias e grafitis.	Desconhecimento, espaços perigosos que originam medo, barreiras simbólicas espaços de repressão.	Planificações utópicas, paisagens imaginárias, mitologias dos espaços e dos lugares.